

# Notas sobre a educação no digital, a pandemia covid-19, democracias sufocadas e resistências

Notes on digital education, the covid-19 pandemic, stifled democracies and resistance

Danilo Garcia da SILVA<sup>1</sup>

## Resumo

Neste texto apontamos reflexões sobre a educação no digital, a pandemia COVID-19, as democracias sufocadas e resistências. Tais reflexões catalisam algumas discussões realizadas no âmbito do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos sobre Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação e do Seminário de Educação 2021. Trata-se de um escrito eminentemente teórico, de cunho bibliográfico. As práticas da cultura digital como maneiras de existência, como possibilidades de retomada e continuidade das atividades, como manutenção da presença social e de resistências. Faz-se urgente fortalecer as democracias contra qualquer tipo de discriminação e preconceito, em favor das minorias, na promoção de políticas de inclusão, na defesa e manutenção de uma educação pública, de qualidade e socialmente referenciada.

**Palavras-chave:** Educação no digital. COVID-19. Democracias sufocadas. Resistências.

## Abstract

In this text we point out reflections on education in the digital, the COVID-19 pandemic, stifled democracies and resistances. Such reflections catalyze some discussions held within the research group Laboratory of Studies on Information and Communication Technologies in Education and the Education 2021 Seminar. This is an eminently theoretical, bibliographical paper. The practices of digital culture as ways of existence, as possibilities of resuming and continuing activities, as maintenance of social presence and resistance. It is urgent to strengthen democracies against any kind of discrimination and prejudice, in favor of minorities, in the promotion of inclusion policies, in the defense and maintenance of a public, quality, and socially referenced education.

**Keywords:** Education in the digital. COVID-19. Stifled democracies. Resistances.

---

1 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-IE/UFMT). Membro do Grupo de Estudos – Laboratório de Estudos Sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9975642706035825>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0477-3097>. E-mail: [daniilogsilvas@gmail.com](mailto:daniilogsilvas@gmail.com).

## Para início de conversa

O presente texto traz à tona algumas das principais reflexões realizadas no âmbito do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos sobre Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação (LêTece) e no 29º Seminário de Educação 2021 (SemiEdu 2021), intitulado: *A Educação No Digital: A Pandemia Covid-19, Democracias Sufocadas E Resistências*.

Tais reflexões se prestam inéditas por compilar as distintas discussões que permeiam os estudos feitos no LêTece, e que foram ampliadas em um evento consolidado, de envergadura internacional, sobre temas que nos são tão caros.

Organizado pelo Laboratório de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação (LêTece), a definição da temática do SemiEdu 2021, além de compilar alguns dos assuntos pujantes e latentes no seio desse grupo de pesquisa, tem ainda por motivação, mais do que uma realidade mundial desoladora em decorrência da pandemia causada pela contaminação pelo vírus SARS-CoV-2 (pela COVID-19), senão e, além disso, como se fosse pouco, pela atuação de forças (anti)políticas e negacionistas.

Mesmo no ‘olho do furacão pandêmico’, essas forças agiam contrárias ao fato de que a Ciência, Teorias Científicas e Pesquisas, em largo espectro, estão hodiernamente presentes em nossas vidas, sem as quais nossa existência seria, em muitos aspectos, muito limitada. Ainda que em um cenário (anti)político e negacionista, a pandemia traz à luz a importância da ciência e a sua capacidade em responder, de maneira célere, às necessidades da sociedade.

No sentido de promover a reflexão no âmbito das Ciências da Educação, o SemiEdu 2021 se constitui como espaço de divulgação de pesquisas na área e, sobretudo, *locus* em que pesquisadores lutam e resistem em favor da Educação, ecoando gritos e vozes que não foram nem serão sufocados, apesar dos contextos hostis, obscurantistas, de retrocessos e de ataques constantes contra nossas instituições.

Assim, no presente texto trazemos reflexões compiladas que reúnem as discussões centrais e importantes do cenário atual que vivemos. Sobretudo, marca um momento ímpar que nos convida a problematizar nossa realidade objetiva e a nós mesmos; não só como pessoas em nossas individualidades, mas como cidadãos, como sociedade.

No limite deste escrito, metodologicamente as reflexões apontadas seguem o viés eminentemente teórico, de cunho bibliográfico, pelo qual expomos nosso olhar sobre o trinômio educação, tecnologia e sociedade; trazendo algumas problematizações acerca das práticas inerentes ao uso intensificado de tecnologias digitais como campo de ação e como maneiras de existência, como possibilidades de retomada e continuidade das atividades, como manutenção da presença social e de resistências, em tempos de cultura digital.

Além desta seção, estabelecemos duas outras em que, na próxima, evidenciamos as

ideias centrais desenvolvidas. E, na sequência, projetamos as considerações momentâneas, seguidas das referências.

Dito isso, passamos à seção seguinte.

## Anotações sobre cultura digital, educação e democracias

Nesta seção, entrelaçamos reflexões que se localizam no cenário da cultura digital, da educação no digital - como movimento inerente à referida cultura -, majoradas pelas imposições da pandemia COVID-19, do sufocamento das democracias, particularmente no Brasil, e do imprescindível firmamento de resistências.

Considerando a complexidade que envolve o que se tem denominado cultura digital, muitas práticas sociais, de maneira geral, já se postavam como recorrentes e hodiernas nos mais variados campos das atividades humanas (conexão em rede, redes sociais, comércio eletrônico, produção e divulgação de conteúdos, entre muitos outros).

Porém, nos espaços educacionais, o compasso e ritmo não são os mesmos (no que se tem denominado modalidade) em que ainda persiste uma perspectiva de uso mais analógico de tecnologias. E, quanto às digitais, muitos estados da federação contam, também, com decretos/leis que tornam defeso e ditam o uso de “aparelhos eletrônicos em sala de aula”. No caso do estado de Mato Grosso isso foi tratado pela Lei n. 10232/2014 (MATO GROSSO, 2014). Para ingressar nas quatro paredes da sala de aula, esses artefatos culturais precisavam ser, primeiramente, adjetivados (pluralidade de denominações), seguindo o fluxo dos “fins pedagógicos”.

Todavia, situações como essa nos levam a pensar sobre a educação e sua função. Isto é, pôr em exame o questionamento sobre o papel e os objetivos dos processos educacionais. Entendemos que a Lei referida reforça uma “cultura da proibição”, e a escola, enquanto espaço de práticas sócio-culturais, se vê alijada de possibilidades de práticas alinhadas àquelas que acompanham seus alunos, estes praticantes ativos, constituintes e constituidores da cultura digital. Sem a pretensão de fixar uma resposta, vemos a pergunta se, decretos/leis como esses não teriam fins outros quais sejam: a preservação de *status quo*; a perpetuação de desigualdades sociais históricas; e, a retirada de responsabilidade do Estado de investir e zelar por políticas públicas educacionais que proporcionem e garantam direitos igualitários à educação de qualidade, socialmente referenciada.

Tal situação, nesse fluxo, instaura-se um contrassenso em relação à própria instituição educacional enquanto espaço de formação cidadã e de compartilhamento e construção de conhecimentos sócio-histórico-culturalmente construídos. Nessas instituições, tomando-as como espaço de práticas socioculturais, excetuando-se o fazer docente hercúleo, individualizado ou via projetos, materializam-se aquelas que tendem a se distanciar da realidade objetiva dos seus próprios alunos relegando-os, no limite, a uma formação deficitária em escolas cada vez menos envolventes. Subjazem esforços

ordenados e intencionais que visam manter os ‘moldes escolares’, limitando a escola à contenção de suas práticas às suas paredes e muros (SIBILIA, 2012). Parafraseando Santos (2020) em seu livro *A cruel pedagogia do vírus*, a ‘escola’ já estaria fadada à lógica do confinamento e da quarentena.

No entanto, a título de preservação da vida e contenção da transmissão da doença, a crise pandêmica exerce força distópica porque acelera abruptamente algumas das necessárias metamorfoses à Educação. O vírus SARS-CoV-2 nos exigiu emergentes aprendizados quando impôs canalizar a educação para o digital como condição para a manutenção das relações e presenças sociais e continuidade de aprendizagens. Assim, o SemiEdu 2021 firma uma temática pela qual articula discussões sobre os modos de fazer a educação e o papel do digital como arranjos sistematizadores dos processos educacionais.

Santos (2020) ao discorrer sobre a necessária e rápida adaptação da sociedade diante da doença, destaca existir vantagens que permanecem com aqueles que detêm melhores condições para seguir as medidas de prevenção e recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Para ele, a crise enfrentada pelo mundo não é nova, apenas cresce no bojo do neoliberalismo. Na pandemia, subsistindo sérios agravos pois, áreas essenciais como a educação, a saúde, entre outras, foram cooptadas para investimentos de iniciativas privadas, visando lucros, propagadas e valendo-se de discursos de que os serviços públicos são ineficazes e deficitários.

Em relação à educação, importa evidenciar que a pandemia não inaugura um marco educacional para que a educação se faça no digital. Tampouco a realidade não foi de distanciamento social ainda que muitos discursos tenham sido assim expostos. Ela cunha um período no século atual em que a educação tem nas tecnologias digitais (tecnologias deste tempo) a base para a consecução do fazer docente.

Abandonando a ideia de distanciamento social, a presença social, socioeducativa, e as relações pessoais, afetivas, didático-pedagógicas (etc.) puderam firmar-se justamente por meio dessas tecnologias e seus recursos como talvez nunca vista. Portanto, as pessoas podem estar distantes fisicamente sem, necessariamente, estarem socialmente.

Evidentemente, a pandemia segrega e potencializa a visibilidade de desigualdades sociais, velhas e conhecidas. Desigualdades ampliadas cujo impacto, no que concerne ao acesso às tecnologias digitais, incide, como sempre, na população menos favorecida. Situação essa que, apesar de diversas pesquisas já apontarem como deficitários e insuficientes tanto a infraestrutura quanto os recursos tecnológicos das instituições educacionais, tem sido precisamente essas instituições a cumprir um determinante papel democrático e de inclusão digital.

Nessa trama, relevantes produções científicas da área, — que articulam as políticas públicas, a formação de professores, os processos de ensino e aprendizagem, as práticas pedagógicas com uso de Tecnologias Digitais, por exemplo —, oferecem variados mecanismos analíticos para entender muitos dos desafios e avanços em que nos encontramos imersos.

Por outro lado, esse cenário é propício para a construção e propagação de discursos inflamados. Uma onda de intencionalidades foi propulsora de oportunidades para que o viés mercadológico também pudesse se aproveitar para oferecer soluções ‘milagrosas’ para os ‘problemas educacionais’, representada por algumas das maiores empresas de tecnologias, eclodindo a velha máxima do “fazer mais com menos” e de perspectivas formativas meramente instrumentais e instrucionistas, travestidas, que podem ser observadas à luz do cibertecnicismo, isso para ofertar processos educacionais/educativos semi ou totalmente automatizados, entre outros (PIMENTEL; CARVALHO, 2021).

As discussões postas no SemiEdu 2021 estruturam-se em pilares centrais que tratam dos aspectos inerentes: à docência e tecnologias digitais; aos desafios do universo digital; e à superação de dicotomias.

Assim, docência e tecnologias digitais reconfiguram ‘espaços’ de resistências. A educação no digital se põe como condição objetiva de refundação das práticas e continuidade de aprendizagens por meio da manutenção de processos socioeducativos que emergem como o ponto de referência de um contexto desafiador em enfrentamento.

Desafiador por essência visto que cotidianamente os professores se deparam com situações inéditas para as quais suas formações não foram suficientes ou que são entendidas como insuficientes no decurso do exercício de sua profissão. Provoca-se um repensar nas efêmeras divisas entre on-line e off-line, frisando reexaminar e rediscutir o que tem sido proposto, politicamente, para a formação docente, tanto inicial como continuada.

Os desafios do universo digital recebem contornos que buscam circunscrevê-los pontualmente à realidade atual, pandêmica. Como já explicitado, não há ineditismo ou inauguração pela pandemia que não seja, no limite, a intensificação dos processos com o uso de tecnologias digitais justamente pela necessidade do distanciamento físico, já constituidores e constituídos na e pela cultura digital. Tal intensificação obrigou a novas vivências e experiências de aprendizagens, independentemente da incursão ou adesão terminológica que se faça. E, sobre isso, vimos o (res)surgimento e o apego, pouco racionalizados, a concepções e conceitos, tais quais: ensino e/ou educação remoto (a); ensino e/ou educação híbrido (a); ensino e/ou educação on-line, ensino e/ou educação remoto (a) emergencial, para citar alguns.

Tais apegos e profusões terminológicas para denominar as práticas educacionais durante a pandemia, sobretudo na educação básica, traz viés mercadológico que mais confunde do que elucida. Will et al. (2021, p. 15) identificam que em meio à profusão terminológica há ausências de definições conceituais ou legais.

Para alguns, é em um cenário caótico que a educação e os docentes reconfiguram suas práticas pedagógicas a partir das vivências e experiências elaboradas que se assentam em um ‘fazejamento’.

A superação de dicotomias vem no bojo da retomada de perspectivas e propostas que já vinham sendo questionadas. No panorama atual, abrem-se ‘novas’ oportuni-

des para propostas formativas de caráter instrucionista e massivo. Observa-se um ‘revigorar’ do ‘ensinar tudo para todos’ agora com uma roupagem moderna, de tecnologias digitais. Na potencialidade da rede, no estabelecimento de relações sociais, a perspectiva mercadológica e ideológica vê oportunidades crescentes para as plataformizações e dataficações, entre outras. Sobre isso, Correa e Silva (2022, p. 3), referenciados em Attimonelli e Susca (2021) que apresentam uma análise das mídias e das relações estabelecidas entre o homem e as tecnologias, ressaltam que tais as mudanças ocorridas pelo uso das mídias com a relevante presença do indivíduo na rede é “um conteúdo valioso na economia mundial”.

Com relação às plataformizações e dataficações e ao valioso conteúdo que os indivíduos geram para a economia mundial, o período de distanciamento físico e suspensão das aulas durante a pandemia, foi oportuno para o estabelecimento de algumas parcerias entre redes de ensino de alguns entes federados.

Nesse período, grande parte da adesão terminológica se vinculou ao denominado Ensino Remoto Emergencial (ERE), notadamente utilizando serviços e recursos de grandes empresas de tecnologias (EDUCAÇÃO VIGIADA, 2022). Vale frisar que a educação básica, em particular o ensino médio, tem sido um dos níveis de ensino mais “quisto”, tanto pelos desafios político, econômico, cultural ocasionados pelas respectivas mudanças da sociedade quanto por concentrar uma grande parcela da população jovem. Pois,

Além das pretensões em ampliar o mercado potencial destas plataformas, de olho na terceirização da educação que acelera o uso destas, há ainda um planejamento de marketing de longo prazo visando fidelizar a juventude para suas marcas. Crianças hoje, clientes amanhã.” (FREITAS, 2021, s/p).

A cultura digital manifesta práticas com o uso de tecnologias digitais que se constituem como dimensões de coexistência e que exigem compreensões que possibilitem agir em prol da e-democracia que, para isso, requer a ocupação desses espaços. Dito isso, retomamos uma indagação anteriormente exposta sendo qual o papel da educação e qual a finalidade dos processos educacionais.

Para isso, iniciamos por refletir, sobretudo, nas formas pelas quais os docentes possam estabelecer um fazer docente contrário à prestação de serviços e da manutenção de um sistema excludente, meritocrático, racista e antidemocrático. Portanto, estaremos cientes que essas tecnologias não são neutras, que é necessário a análise crítica sobre seus benefícios e que vivemos temos de mero determinismo tecnológico (DIAS; PEIXOTO, 2012, PEIXOTO, 2015, 2016; SPATTI; SERAFIM; DAGNINO, 2021). Com isso, intentamos dizer que as tecnologias digitais podem ser empregadas para toda e qualquer finalidade. Como artefatos culturais, amplificam o potencial comunicativo e estende as relações humanas. E que, nas palavras de Lévy (2015), podem ser emprega-

das não só em prol da verdade, do bem e do belo (LÉVY, 2015).

Face ao exposto, assumimos ser necessário priorizar todo o essencial em prol de uma formação crítica, cidadã e voltada para o coletivo social, que se oponha ao uso instrumental de tecnologias digitais e acrítico. Tal postura assenta e se distancia de adoções de visão pueril e cândida sobre essas tecnologias e da cultura digital. Pelo contrário, nos colocamos

em favor da emergência de se pensar a educação, voltando às ideias de Freire (2005), que seja essencialmente emancipatória, crítica e libertadora. E isso requer, também educar sobre, com, pelo e para as TD, dotados de criticidade, reflexividade e compromisso social, democrático e inclusivo. Assim, as práticas pedagógicas a que nos referimos se firmam como necessidade para assegurar uma formação cidadã e uma sociedade democrática de direito (SILVA; CORREA, 2022, p. 14).

Portanto, educar na cultura digital obriga assimilar que os estudantes e os professores, enquanto praticantes dessa cultura, estão em espaço global, desterritorializados, munidos de grande poder os quais trazem em si responsabilidades proporcionais. Disso, depreendemos que as instituições escolares devem cumprir sua função social, e promover a alfabetização e os letramentos digital críticos que possibilitem aos estudantes “prestar atenção na cultura daqueles com quem nos conectamos e precisamos aprender a identificar as narrativas feitas e as suas contradições” (LÉVY, 2015, s/p).

Portanto, a educação no digital é ação democrática e prática social de resistência que provoca repensar a formação de professores pelos vieses da pessoalidade, da institucionalidade e da profissionalidade. Também é tomada de consciência da totalidade social e das necessidades que emergem dela. É a possibilidade de lançar olhares atentos, de humanização das relações e da formação cidadã integral e crítica.

No entanto, as políticas educacionais, em largo sentido, deveriam operar como arcabouço voltado à compreensão da realidade e abarcar todos os níveis educacionais. Contudo, as forças (anti)políticas interferem e não cumprem com o deveras objetivo de orientar e dar condições para as demandas de formação para uma sociedade (que anseia e se encontra) em constante mudança. Em grande parte, pelo cenário atual, essas políticas, além de autoritárias, são avessas aos conhecimentos científicos, essencialmente negacionistas e que se pautam de divergências e embates ideológicos que se prestam, muitas vezes, às relações de poder e de posicionamento meramente político-partidário, materializando-se em projetos pontuais e de viés econômico.

Nos processos educacionais, isso tudo agudiza crises de aprendizagens com consequências devastadoras para a formação de um capital humano de uma grande parcela da população já negligenciada, a menos favorecida, elevando o escalonamento das

desigualdades. O agravamento da formação desse capital humano é um componente de uma cadeia de fenômenos que reagem e atravessam outras dimensões como a alimentar e de saúde.

Mesmo diante desse sufocamento, muitos esforços têm sido direcionados ao despertar da consciência o qual conduz à percepção de que, por menor que se sinta a capacidade de agenciamento sobre a realidade, igualmente urge conscientizar-se de sua existência, dos mecanismos de manipulação, de desinformação, de desserviço à sociedade, e, a partir de então, colocar e manter-se em condição de enfrentamento às situações que vêm sendo construídas historicamente. As limitações que aparecem, no agora pandêmico, são fronteiras a serem superadas.

Importa salientar que a pandemia agrava crises nos fluxos e processos de formação, escancara desigualdades historicamente criadas e impostas, que persistem e tornam o desenvolvimento educacional mais afanoso. Crises que são, em essência, reflexos de políticas públicas educacionais que defendem projetos políticos excludentes, ideológicos e se aplicam a interesses hegemônicos, mercadológicos e que se prestam à manutenção do *status quo* em detrimento da manutenção de um estado de direito, de consolidação, respeito e proteção de uma cultura democrática, inclusiva, legítima e que possa ser socialmente referendada.

No Brasil, os desafios pandêmicos expuseram fraturas imensas entre aqueles frequentemente negligenciados e que aguardavam uma resposta à crise sanitária. Portanto, a temática do SemiEdu2021: *A Educação No Digital: A Pandemia Covid-19, Democracias Sufocadas E Resistências*, em olhares críticos plurais, análises e compreensões apuradas, congrega resistências que irradiam o reconhecimento à importância da ciência e da educação como mecanismos para fortalecer a democracia. Democracia como possibilidade objetiva de assegurar o lugar de todos em que o respeito à dignidade humana e às instituições, a inclusão das diversidades/minorias, a garantia da participação social, se prestem de instrumentos essenciais para o estabelecimento e aprimoramento de uma sociedade e cultura democrática.

Tendo isso elucidado, passamos à próxima seção.

## Considerações momentâneas

Pelas lições e vivências apreendidas, pensar a educação do amanhã é se voltar para o presente desde agora. Ecoamos que, em meio às fragilidades e problemas escancarados — que não são novos —, a realidade demonstra que o gênio e a engenhosidade humana são frutos do esforço hercúleo, do olhar atento e da ausculta cuidadosa que somente a ciência, a educação e o fortalecimento das democracias podem oferecer os artefatos necessários para o enfrentamento que consiga romper e transpassar as barreiras político-sócio-econômico-educacional-cultural e com a humanização das relações humanas.



A educação e a ciência são caminhos possíveis para despir a realidade objetiva que esconde outras facetas que o sufocamento das democracias torna menos visíveis. Tomando a educação como um dos mais importantes pilares da sociedade, a educação no digital, como condição para a continuidade das aprendizagens e das relações sociais e afetivas, também manteve-se igualmente à venda, posta como alvo de assédios e de cooptações pelos setores privados de tecnologias, — sobretudo no momento circunscrito —, que se fazem invasivos, e que atingem, já atuando e agindo em todos os seguimentos da sociedade.

Retornando o olhar para as plataformizações e dataficações, muitos dos recursos e serviços prestados “gratuitamente ou a preços irrisórios” apresentarão faturas muito elevadas a serem pagas por toda a sociedade. Em especial em nosso país, historicamente, vivemos tempos sombrios sob a égide da insuflação de discursos antidemocráticos, de incitação ao ódio, negacionistas, obscurantistas, discriminatórios, misóginos, entre outros, que são alimentados e se ramificam por algumas dessas empresas dos setores privados de tecnologias.

A educação pública, em seu contrato social, tem envidado esforços para cumprir sua função social de lutar, ainda, contra a desinformação e as *fake news* como dispositivos que têm servido para a distorção da realidade, ludibriação massiva e, portanto, não deve, em hipótese alguma, se prestar a compor tais redes. Para isso, a sala de aula, em suas diversas reconfigurações, e além dela, é espaço privilegiado para a luta contra todo e qualquer tipo de atingimento do conjunto da sociedade e, não menos, na divulgação de “doutrinas políticas oficiais”.

Portanto, urge aprofundarmos a necessidade urgente de nos empenharmos para o fortalecimento das democracias, sobretudo em nosso país, no sentido de se ter políticas públicas que, de fato, façam a inclusão social/digital, que permitam um verdadeiro exercício democrático em defesa de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade para todos(as) os(as) cidadãos(ãs) brasileiros(as).

Guardar a ligação e a memória entre o passado recente, ainda presente, é poder ser solidário e humano. A pandemia é a ameaça de morte constante a que todos nós fomos submetidos.

Entretanto, face ao todo exposto, para muitos, a ameaça de morte se fez sentença. E, no contexto político, econômico, social e educacional, uma miríade de vidas foram tocadas e sofreram com as vidas ceifadas. Assim, não poderia ser de outra forma, com este escrito prestamos homenagem a todos aqueles que tiveram suas vidas interrompidas<sup>2</sup> e, não menos, às perdas ocorridas na UFMT, no PPGE e, também, no LêTece: Evandro Birello de Lima e Dimas da Silva Marques, presentes!

---

2 Quase 665 mil vidas ceifadas, conforme fonte: [https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html). Acesso em: 18 maio 2022.

## Referências

CORREA, T. S.; SILVA, D. G. Resenha da obra de ATTIMONELLI, C.; SUSCA, V. **Aurora digital, nossas vidas além do Black Mirror**. Traduzido por Simone Ceré. Porto Alegre: Sulina, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacao-emquestao/article/view/28281/15693>. Acesso em: 15 jun. 2022.

DIAS, D. R. S. C.; PEIXOTO, J. Formação de professores de matemática e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação: entre uma abordagem instrumental e determinista, 2012. **Polyphonia**, v. 23/2, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/download/33923/17950/142660>. Acesso em: 10 fev. 2022.

EDUCAÇÃO VIGIADA. **Observatório Educação Vigiada**. 2022. Disponível em: <https://educacaovigiada.org.br/pt/sobre.html>. Acesso em: 07 maio 2022.

MATO GROSSO. **Lei n. 10.232, de 29 de dezembro de 2014**. Torna defeso, para fins não pedagógico o uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula do ensino fundamental e médio do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-10232-2014.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

LÉVY, P. Pierre Lévy: a revolução digital só está no começo. **Entrevista à Fronteiras do Pensamento**. Por: Juremir Machado/Correio do Povo). Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/pierre-levy-a-revolucao-digital-so-esta-no-comeco>. Acesso em: 12 maio 2022.

PEIXOTO, J. Relações entre sujeitos sociais e objetos técnicos uma reflexão necessária para investigar os processos educativos mediados por tecnologias. **Revista Brasileira de Educação**, 2015, v. 20, n. 61, pp. 317-332. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206103>. Acesso em: 24 Jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Tecnologias e relações pedagógicas: a questão da mediação. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 25, n. 59/1, p. 367-379, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/3681/2579>. Acesso em: 11 maio 2022.

PIMENTEL, M.; CARVALHO, F. S. P. Instrução (re)programada, máquinas (digitais em rede) de ensinar e a pedagogia (ciber)tecnicista. **SBC Horizontes**, jul. 2021. ISSN 2175-9235. Disponível em: <http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/06/02/maquinas-de-ensinar>>. Acesso em: 11 maio 2022.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA; D. G.; CORREA, T. S. Notas sobre cultura digital e práticas pedagógicas: educação básica em foco, 2022 (**no prelo**).

SPATTI, A. C.; SERAFIM, M. P.; DAGNINO, R. P. Evidências da anomalia e atipicidade da Política de Ciência e Tecnologia nos discursos de gestores de Agências de Inovação, 2021. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 23, n. 56, jan-abr 2021, p. 336-365. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/104160/61565>. Acesso em: 23 jun. 2022.

WILL, D. E. M.; CERNY, R. Z.; ESPÍNDOLA, M. B.; LOTTERMANN, J. Profusão terminológica na denominação das práticas pedagógicas da Educação Básica durante a pandemia de COVID-19. **EmRede**, v. 8, n. 1, p. 1-19, jan./jun.2021. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/726/637>. Acesso em: 05 jun. 2022.

Recebimento em 04/02/2022.

Aceite em 15/06/2022.